

Pressão para salvar Fundo Constitucional

FCDF mais perto de uma definição

Apesar da resistência do relator do arcabouço fiscal na Câmara, Cláudio Cajado (PP-BA), há consenso entre os líderes partidários da Casa para salvar o Fundo Constitucional. Bancada brasiliense intensifica articulações

» MILA FERREIRA

A decisão quanto à inserção ou não do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) no teto de gastos instituído pelo arcabouço fiscal deve ser tomada, até o fim do mês, pelos deputados federais. Enquanto isso, nos bastidores, a mobilização da bancada do DF no Congresso e de representantes do governo do Distrito Federal (DF) tem surtido efeito. Líderes partidários entram em consenso quanto à manutenção da decisão do Senado Federal de retirar o FCDF do arcabouço fiscal no âmbito do Projeto de Lei Complementar (PLP) 93/2023. No entanto, o relator da matéria na Câmara, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), insiste em manter o fundo dentro do limite estabelecido pelo teto de gastos. Para discutir a questão, uma reunião foi marcada, amanhã, na residência oficial da Câmara dos Deputados, com a presença de Cajado, do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), líderes partidários e técnicos do governo federal.

A versão original do PLP 93/2023, enviada pelo governo ao Congresso inicialmente, não continha qualquer alteração no Fundo Constitucional do DF. A mudança foi inserida pelo relator na Câmara, Cláudio Cajado. Segundo ele, o objetivo do encontro de amanhã é discutir cada uma das alterações feitas no Senado e o que as motivou. A vice-governadora do DF, Celina Leão (PP), também deve participar do encontro. Por ser do mesmo partido que Cajado e Lira, o Progressista, Celina tem sido peça-chave na defesa do FCDF junto ao relator e ao presidente da Câmara. Após a reunião, prevista para a noite, deve ser definida uma data para votação do projeto no plenário da Câmara.

O presidente do PP, senador Ciro Nogueira, acredita que Celina conseguiu convencer Cajado. "Temos um respeito enorme pela vice-governadora do DF, Celina Leão que é uma figura muito influente dentro do nosso partido. Não tenho dúvidas de que, com o trabalho dela, o poder de convencimento que ela tem, Cajado não vai resistir. Pode ter certeza, ela vai conseguir segurar", disse Ciro, em entrevista ao CB Poder, na última quinta-feira.

Assim que retornou do encontro parlamentar, Arthur Lira sinalizou positivamente com relação à manutenção dos recursos. "Em tese, a Câmara não pacou nenhum tipo de alteração, a não ser o Fundo Constitucional do DF. O que foi votado na Câmara foi votado com todas as mãos juntas, com a participação do governo, com líderes do governo. No Senado, aconteceu divergência. Os líderes do governo apresentaram outra proposta. Então, o governo nesse caso, fez um trabalho na Câmara e outro no Senado. Nós precisamos discutir esse texto com calma. O prazo, no mínimo, é até 31 de agosto", afirmou Lira.

O presidente da Câmara negou ainda que a demora na votação do arcabouço fiscal estivesse relacionada a algum tipo de reação do Centrão ou governo



A vice-governadora Celina Leão tem sido peça fundamental na negociação com o PP, partido de Cajado e Lira, para salvar o FCDF do teto de gastos instituído pelo arcabouço fiscal



Não tenho dúvidas de que, com o trabalho dela (Celina Leão), o poder de convencimento que ela tem, Cajado não vai resistir. Pode ter certeza, ela vai conseguir segurar"

Ciro Nogueira, presidente do PP



Nossa população aumentou cerca de 9%. Isso faz com que tenhamos, a médio e longo prazos, a necessidade de mais recursos para atender às necessidades básicas da população"

Paulo Fernando, deputado federal, Republicanos



"Lira tem afirmado que o FCDF vai ficar de fora do arcabouço. O relator, infelizmente, continua buscando emplacar o seu próprio texto, mas o trabalho que foi feito no Senado mostra que o DF depende do fundo"

Bia Kicis, deputada federal, PL

ARTIGO

» POR: RÓCIO BARRETO, DENTISTA POLÍTICO

Uma decisão política

Tudo o que qualquer projeto aprovado no Congresso Nacional é parte de uma decisão política. Por isso, o processo que define a manutenção ou não do Fundo Constitucional do DF não será diferente. As argumentações técnicas servem para fortalecer a política, que guia a decisão final. O

Centrão, como maior bloco do Congresso Nacional, terá destaque na influência nesta matéria, assim como na decisão de votar ou não votar o arcabouço fiscal e na decisão de que acontecerá com o FCDF. Apesar de o Centrão ou parte dos parlamentares que compõem este bloco estarem

apoiando o governo Lula, isso não quer dizer que eles estarão de olhos fechados para todo e qualquer projeto que o governo colocar. Cada projeto terá uma posição diferente por parte dos parlamentares. Cada um vai trabalhar de acordo com o que for melhor para o bloco e também para eles próprios.

O interesse em ter o Fundo Constitucional do DF fora do arcabouço fiscal tem um preço e os parlamentares que estão

envolvidos nesse projeto querem ser beneficiados em troca do apoio ao projeto. É um lobby existente dentro do Congresso para que haja um equilíbrio entre o que o governo quer e o que o DF quer e o que o Centrão quer. Independentemente do FCDF ser ou não retirado do arcabouço na Câmara, o presidente Lira já deixou claro que, se o projeto chegar nas mãos dele com o fundo dentro do teto de gastos, ele vai vetar essa parte.

Cajado foi aprovado por 316 votos a favor e 160 contra. O Correlato apurou que, na nova votação, que deve ocorrer até o fim de agosto, cinco partidos fecharam questão ou orientaram seus deputados para votarem favoravelmente ao fundo: PL, PSD, PSDB, PT e Republicanos. Somadas, as bancadas totalizam 292 dos 513 deputados. Caso a previsão se concretize, o FCDF estaria salvo.

Cálculos

O Fundo Constitucional do Distrito Federal é uma verba repassada anualmente pelo União ao DF para investimentos, custeio e manutenção nas áreas de saúde, educação e segurança pública. Anualmente o FCDF é corrigido anualmente pela variação da Brevetária Correio Legalida (BCL) da União. Se for incluído no teto de gastos instituído pelo arcabouço fiscal, o recurso será corrigido a partir de 2025, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e ganho real da despesa primária do Poder Executivo, limitado a 2,5%, o que representaria uma diminuição gradual no valor do recurso, impactando as finanças da capital do país.

Perspectiva

Parlamentares do DF estão otimistas quanto à manutenção do fundo. "Lira tem afirmado que o FCDF vai ficar de fora do arcabouço. O relator, infelizmente, continua buscando emplacar o seu próprio texto, mas o trabalho que foi feito no Senado mostra que o DF depende do fundo. A minha expectativa é que a votação do arcabouço aconteça nesta semana", declarou a deputada Bia Kicis (PL).

O deputado Paulo Fernando (Republicanos) também acredita na permanência do texto aprovado no Senado. "O sentimento, aqui da Casa, da maioria dos líderes, é pela manutenção, ou seja, retirando o FCDF do arcabouço. Essa também é uma sinalização do presidente Arthur Lira. Cajado insiste na tese, não apenas por ser comício naquilo que acredita, mas também por uma temosidade de não querer voltar atrás. Acreditamos que, quando a matéria for à pauta, nós, do DF, seremos

vitoriosos. Além disso, nossa população aumentou cerca de 9%. Isso faz com que tenhamos, a médio e longo prazos, a necessidade de mais recursos para atender às necessidades básicas da população", destacou o parlamentar.

Projeção

Quando o PLP 93/2023 — que institui o arcabouço fiscal — foi votado pela primeira vez na Câmara dos Deputados, em maio, o relatório do deputado Cláudio

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Cidades + Política e Economia do DF Pagina: 13